



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº, DE 2019.

(Dos Srs. Rogério Correia, Diego Andrade e Helvino Bhon Gass)

Requeremos a realização de uma Mesa Redonda desta Comissão nas cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre, para debater os efeitos e consequências da Resolução Nº 60, de 08 de maio de 2019, que dispõe sobre a inclusão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), no programa de privatizações do Governo Federal.

Senhora Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 24 XIII e 255 do regimento Interno, que depois de ouvido o plenário desta Comissão, seja realizado, nas cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre, Mesas Redondas, a fim debater com representantes da sociedade civil, sindicatos dos trabalhadores destas empresas e dos Poderes Público Federal, Estadual e Municipal, os efeitos e consequências da Resolução Nº 60, de 08 de maio de 2019, que dispõe sobre a inclusão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), no programa de privatizações do Governo Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O modal ferroviário na matriz de transportes de passageiros no Brasil sofreu um grande revés com a privatização da Rede Ferroviária Federal, diversas cidades que eram atendidas pelos trens de passageiros se viram desassistidas com essas privatizações. Como as empresas que passaram a administrar as ferrovias optaram pelo transporte de cargas, centenas de milhares de pessoas ficaram com sua mobilidade prejudicada.

O governo federal, através da Resolução nº. 60 de 8 de maio de 2019 por meio da Secretária de Governo incluíram no programa de privatizações a CBTU e a TRESURB, sendo que o leilão está previsto para ocorrer em 2022. Como parte do pacote da entrega ao setor privado, a CBTU colocou em curso



CÂMARA DOS DEPUTADOS

aumentos que variam de 150% a 250% em menos de um ano nas tarifas administradas pela empresa.

Sabemos que o transporte metroviário necessita de grandes investimentos para ampliar a malha e melhorar a mobilidade nas cidades brasileiras, em todos os países desenvolvidos esse serviço recebe subsídios públicos, portanto privatizar esses serviços poderá representar o sucateamento do que temos nas cidades atendidas por essas empresas, pelas razões acima expostas, requeremos a realização destas mesas de diálogo nos municípios que serão afetados por essa decisão do governo federal.

A relação dos convidados será encaminhada por ocasião do agendamento das datas para a realização das mesas redondas.

Sala das Comissões, de julho de 2019.

Deputado Rogério Correia
PT/MG

Deputado Diego Andrade
PSD/MG

Deputado Bohn Gass
PT/RS